



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Acelerar a revisão da lei para dissuadir a ocorrência de infracções rodoviárias

Recentemente, o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) detectou, num só dia, dois casos de condução em estado de embriaguez, nos quais foram identificados dois indivíduos de Macau que estavam envolvidos em casos relacionados com ofensa corporal por negligência e fuga depois de acidente, situação que despertou a atenção da sociedade. Na realidade, a condução em estado de embriaguez, a não cedência de passagem aos peões nas zebras ou passadeiras e o uso de telemóvel durante a condução, entre outros actos, provocaram ocasionalmente acidentes com registo de mortos e feridos. A sociedade entende que se deve acelerar o processo de revisão da Lei do Trânsito Rodoviário, com vista a dissuadir as infracções e a salvaguardar a segurança de todos os utentes das vias públicas.

O número de veículos motorizados em Macau aproxima-se dos 250 mil e mantém-se uma tendência de crescimento, sendo possível prever o aumento dos conflitos entre pessoas e veículos na utilização das vias públicas. Assim, é necessário, através da revisão legislativa, elevar a consciência dos utentes das vias sobre a segurança rodoviária e o cumprimento da lei, no sentido de reduzir a possibilidade de ocorrência de acidentes de viação. Por outro lado, já se passou um longo período sobre a consulta pública dessa revisão legislativa, mas a respectiva proposta de lei ainda não foi apresentada à Assembleia Legislativa para apreciação. Durante esse tempo, constatou-se, por exemplo, no ano passado, um aumento de 1,17 por cento



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

para 1,38 por cento no número de condutores que foram sujeitos a teste de alcoolemia, por suspeita de condução sob influência de álcool, e não passaram. Com vista a aumentar os efeitos dissuasores, deve ser analisada, por isso, a necessidade de se rever as sanções propostas na consulta pública.

Assim sendo, interpele a Administração sobre o seguinte:

1 - No relatório das Linhas de Acção Governativa para 2023, o Governo afirmou que seria iniciada a revisão da Lei do Trânsito Rodoviário e da respectiva legislação complementar, assim como esse trabalho seria incluído no plano legislativo para o corrente ano. Neste momento, qual é o ponto de situação do trabalho legislativo de elaboração da respectiva proposta de revisão legislativa e dos diplomas complementares, e qual é o rumo e o conteúdo dessa tarefa?

2 - A sociedade está muito atenta ao trabalho de revisão desta lei, que envolve muitos conteúdos, e, além disso, depois de passada a 2.^a sessão da Assembleia Legislativa, restam menos de 3 meses até ao final da 3.^a sessão legislativa para que se possa realizar reuniões sobre esse trabalho. Tendo em conta o tempo necessário para a discussão e recolha de opiniões, o Governo vai acelerar o referido trabalho de produção legislativa e apresentar ainda este ano a proposta à Assembleia Legislativa, por forma a poder concluir os respectivos trabalhos de revisão da lei no corrente ano?

3 - Nos termos do n.º 1 do artigo 108.º da Lei do Trânsito Rodoviário, “se ao



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

condutor tiverem sido aplicadas duas sanções de inibição de condução e este praticar nova infracção passível de inibição de condução, no prazo de 5 anos contado a partir da data em que tenha transitado em julgado a sentença que aplicou ao infractor a primeira inibição, o tribunal decide a cassação da carta de condução”, ou seja, a ocorrência de três sanções de inibição de condução resulta na cassação da carta de condução. A título de exemplo, no Interior da China, a primeira ocorrência de condução em estado de embriaguez determina a cassação imediata da carta de condução para além da responsabilização criminal, não sendo permitido novo exame de condução no prazo de cinco anos. Verifica-se, pois, uma grande diferença entre essa norma vigente no Interior da China e o que está na proposta de revisão da Lei do Trânsito Rodoviário de Macau. Assim sendo, tendo em conta a gravidade da condução em estado de embriaguez ou das infracções rodoviárias relevantes, o Governo vai ponderar o aumento das sanções, ou ser mais rigoroso na aplicação da medida de cassação da carta de condução nestas condições, com vista a melhor salvaguardar a segurança dos utentes das vias públicas?

25 de Maio de 2023

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Kit Cheng